

Rastros, ladeiras e becos de memórias coloniais: interpelações literárias a uma cidade tombada

*Traces, slopes and alleys of colonial memories:
literary interpellations of a listed city*

Jhonan Luiz Andrade dos Santos¹
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Maceió, Alagoas, Brasil

Lázaro Batista²
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Maceió, Alagoas, Brasil

Resumo: Na travessia de veredas epistêmicas distintas das hegemônicas, este artigo ensaia uma investigação poético-crítica da cidade de São Cristóvão (SE), tomando a literatura como método e linguagem de pesquisa. Inspirado na tessitura fragmentária de Conceição Evaristo e nas concepções benjaminianas de experiência e narração, o texto propõe uma escrita fabulatória que recusa os enquadramentos consagrados à história oficial e à patrimonialização urbana. Para tanto, recorre à figura ficcional de um menino, sua bicicleta vermelha e sua narração urbana. Dela emergem imagens, rastros e afetos que desestabilizam os discursos celebratórios sobre o patrimônio histórico, revelando a presença insistente da colonialidade nos becos e ladeiras da cidade. Ao entrelaçar literatura e espaço urbano, a proposta desloca o olhar acadêmico para uma epistemologia dos becos urbanos – geografia marginal e insurgente, onde a colonialidade e a resistência a ela se narra por fragmentos, silêncios e vozes interditas. A literatura aqui não ilustra: intervém, interpela e faz ver, permitindo que os ruídos do passado ressoem no agora como exigência ética, política e estética de memória.

Palavras-chave: Cidade. Literatura. Memória. Colonialidade. Patrimônio.

Abstract: Traversing epistemic paths distinct from hegemonic ones, this article attempts a poetic-critical investigation of the city of São Cristóvão, Sergipe, using literature as both a research method and language. Inspired by Conceição Evaristo's fragmentary weaving and Benjamin's conceptions of experience and narrative, the text proposes a fabulatory writing that rejects the frameworks consecrated to official history and urban patrimonialization. To this end, it uses the fictional figure of a boy, his red bicycle, and his urban narrative. From this emerge images, traces, and affects that destabilize celebratory discourses on historical heritage, revealing the persistent presence of coloniality in the city's alleys and hillsides. By intertwining literature and urban space, the proposal shifts the academic gaze to an epistemology of urban alleys—a marginal and insurgent geography, where coloniality and resistance to it are narrated through fragments, silences, and forbidden voices. Literature here does not illustrate: it intervenes, questions and makes us see, allowing the noises of the past to resonate in the present as an ethical, political and aesthetic demand for memory.

Keywords: City. Literature. Memory. Coloniality. Heritage.

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: jhonanluiz15@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: lazaro.batista@palmeira.ufal.br

1 PRELÚDIO EM DOR MAIOR: UM CORPO ESTIRADO NO CHÃO

A favela era grande e toda recortada por becos. Alguns becos tinham saída em outros becos, outros não tinham saída nunca. Eram como ruas estreitas que se cruzavam, que se bifurcavam [...] Ditinha estava muito cansada, tinha o corpo moído. Entrara e saíra em vários becos da favela: Beco do Rala-Bunda, Beco da Cumadre Joaquina, Beco dos Dois Irmãos, Beco das Duas Marias, Beco do Sem Alma, Beco dos Namorados, Beco do Tio Totó, Beco da Dona Tacila, Beco das Irmãs Cuícas, Beco da Cruz-Credo... Becos, becos e becos. Algumas pessoas, ao encontrarem com Ditinha, perguntavam se ela estava procurando os filhos. Ela procurava uma saída. (Evaristo, 2017, p. 120-121)

O rangido anunciava a chegada do menino. Tocada na ferrugem das engrenagens, se arrastava pelas ruas estreitas da velha cidade. O traço visível do pequeno corpo montado na bicicleta vermelha acompanhava o ruído enferrujado, ecoando nos becos da parte baixa. Com a sacola de pão amarrada ao guidão, ele voltava para casa. Em dias tranquilos, o percurso vespertino implicava no passeio de bicicleta pelo centro histórico da cidade alta, na descida frenética pela ladeira da prefeitura, na compra dos pães em seu Zé, na entrada pelo beco da feira velha, na leve subida ao bacurau, no movimento torto das ruelas da beira-mar, no cruzamento da ponte sob o rio paramopama e, enfim, na chegada em sua casa guardada no beco do açúcar.

Assim aquele fim de tarde tenderia a se desdobrar, não fosse o amontoado de gente bloqueando sua passagem no beco estreito. Como espectadores à espera do *grand finale*, os locais saíam de suas casas, afoitos por testemunhar a tragédia. Aglutinavam-se ao redor de um corpo estirado no chão, de cara para o restante de sol a se pôr no azul de poucas nuvens. O moribundo tentava falar, mas o que saía de sua boca eram senão gemidos incompreensíveis. Uma grossa poça arroxeadada descia lentamente de seu corpo, passeando pelo cimento acinzentado, na marca de um rastro que se esticava desavergonhadamente.

Este era o sexto jovem sancristovense a ser derrubado ainda naquela semana. Murmúrios sopravam que facções em disputa acertavam contas pendentes. O número de mortes começava a preocupar as autoridades locais. Se as notícias das execuções se espalhassem, talvez a cidade não ficasse benquista aos turistas, que vinham de toda parte do país para visitar a ex-capital de Sergipe, a cidade histórica, a cidade-monumento, museu a céu aberto, reduto do Patrimônio Cultural da Humanidade. Projetados na placidez dos cartões postais, os variados monumentos históricos montavam o acervo de bens tombados, salvaguardados por serem exemplares únicos da América portuguesa.

É por isso que naquele mesmo fim de tarde, acima das ladeiras – não tão distante do corpo estirado no chão do beco –, turistas se sentavam nas cadeiras de um café, dispostas em uma das praças do centro histórico preservado. Contemplavam o pôr do sol, marcado por um alaranjado que lutava contra o azul dos céus, pintando um quadro de gelo e fogo em intensa disputa. Com seus aparelhos celulares, fotografavam a velha igreja barroca, o convento adjunto, os portões verdes da antiga Santa Casa de Misericórdia, o enorme cruzeiro, os sobrados, o chão de pedras, as casas arquetetadas aos moldes coloniais.

Ladeiras-acima, ladeiras-abaixo, São Cristóvão abrigava as duas cenas ao mesmo tempo. O menino estivera na cidade alta minutos atrás e estranhava a dissonância entre as partes da cidade: enquanto os *flashes* das máquinas telemáticas disparavam no centro histórico, os becos situados abaixo das ladeiras escutavam outras matérias de disparo. O sol se despedia nas duas topografias, mas o contraponto das imagens impunha diferentes melodias.

Aos primeiros lampejos erráticos das estrelas, o menino sentou na calçada de sua casa. Na entrada em cena da lua e seu escuro, naquele dia ele pôde testemunhar os vizinhos limpando o rastro de sangue deixado pela retirada do corpo estirado. Ritual comum aos que moravam no beco do açúcar: água sanitária, baldes e vassouras, passadas de mão em mão, esfregadas com vigor. O menino se perguntava se o esforço de limpeza seria uma tentativa de apagar os rastros das recorrentes execuções físicas ou um jeito de apagar até mesmo a lembrança da existência de quem foram mortos.

Essa dupla possibilidade o provocava tanto quanto a dificuldade em conseguir se livrar das marcas de sangue. Ainda que seus vizinhos se dedicassem aos montes para eliminar o vermelho do chão, a nódoa impregnava o cimento com tanto visgo que a fatalidade da mancha se anunciava. Assim como no beco do açúcar, outras ruas de São Cristóvão ladeiras-abaixo estampavam esses rastros. Quando ameaçavam desvanecer, novos disparos se encarregavam de retocar a fantasmagoria daquela estranha presença, que demarcava o último encontro das vidas do lugar com o seu chão, ao mesmo tempo em que manchavam a cidade com sua indelével presença indesejada. Inquieto, o menino encarava a mancha. Um mal-estar que não sabia de onde vinha se instalava em seu pensar. Ressabiado, deixava o incômodo durar.

2 INTRODUZINDO O PROBLEMA

O prelúdio apresenta o fragmento de andanças experimentadas nas ruas da cidade de São Cristóvão, em Sergipe (SE). Nas particularidades dessa territorialidade, marcada por sucessivos processos de tombamentos do seu centro histórico, o trabalho se posiciona na tensão entre as convenções acadêmicas e seus possíveis desvios. Interessada em borrar os clichês imagéticos do patrimônio edificado e a indissociável memória colonial nele inscrita, a investigação tensiona a história oficial vendida pelas discursividades instituídas na pedra-cal dos monumentos.

Inspirados em Conceição Evaristo (2017), nesse escrito tomamos “Becos da memória” como intercessor de pesquisa capaz de interpelar formas hegemônicas de produzir saber. Em Deleuze (1992), os intercessores estão implicados com a potência de diferenciação que agenciamentos produzem em determinado território/campo, desestabilizando as identidades prévias que lhe constituíam. Intercessor, portanto, não aparece aqui como a salvação daquilo que intercede, mas sim como relações de interferências sensíveis à desorganização e à criação. Nesse entendimento, a obra literária comparece menos para se inserir em uma análise de interpretações, do que abrir um arsenal de pistas para compor experimentação de pesquisa que nos convoca à exigência de conceber outras conhecibilidades.

Nesse artigo a literatura não é apenas uma epígrafe que embeleza o texto, tampouco o ornamento de uma escrita que deveria se afastar da condição poética, a fim de assegurar a proximidade de uma verdade mais objetiva, supostamente neutra. No deslocamento das tendências científicas que fazem da escrita acadêmica uma narrativa padronizada e sem tino para o vivo, procuramos fazer da literatura um alicerce epistemológico consistente, potente no exercício de outros modos de escrever. Nos percalços das personagens de Evaristo e suas múltiplas narrativas, buscamos ensaiar aproximações literárias com a cidade a partir do estranhamento dos alicerces modernos, eurocêntricos e coloniais que sustentam o conhecimento e seus meios de produção nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2016).

Desse modo, a articulação entre literatura e cidade não busca tomar nenhuma das duas como ilustração/explicação. Ou ainda, não se propõe o estudo do passado urbano, nem a análise de personagens literários imiscuídos no cotidiano da cidade. Antes, como aponta Marcelo Santana Ferreira (2023), queremos tomar a cidade como texto, articulando seus personagens e becos para efetuar certa apreciação crítica do “atual”. Ou seja, apostamos no encontro desassossegado da literatura para enveredar outras travessias epistêmicas, desdobradas na fabulação de narrativas atentas àquilo que a oficialidade urbana que se quer dominante não dá conta – e/ou faz desaparecer. O menino e sua bicicleta vermelha, a caminhar pelos becos, se colocam enquanto um modo de exercitar uma escrita distinta do *logos* cartesiano e positivista, calcado no abismo entre sujeito-objeto. Se colocam enquanto tentativa de investigar o urbano na empiria do corpo, fazendo o pesquisador não necessariamente capturar os acontecimentos no relato objetivo, mas tatear políticas de narração sensíveis à imaginação e à condição poética (Filho; Batista; Ribeiro, 2024).

Efetivamente, trata-se de um problema de narração. Se em “Becos da memória”, Evaristo cria incidências imagéticas de existências negras lidando com os efeitos da escravidão, aqui elegemos a imagem do corpo estirado no chão como acontecimento, rastro e fragmento analítico que problematiza a história colonial de São Cristóvão. Eis que o universo literário interpela não como descrição do acontecido na produção de indivíduos enunciadoreis, mas no rastro da concepção deleuziana da literatura como agenciamento coletivo de enunciação (Deleuze, 2011). Aquele que escreve, não necessariamente precisa fazer do escrever um espaço em branco para jorrar sua biografia individual. Não se trata de transcrever lembranças, sonhos, amores, (dis)sabores de um Eu ensimesmado em si mesmo. Ou como diz ele, escrever implica se tornar “uma terceira pessoa que nos destituiu do poder de dizer Eu” (Deleuze, 2011, p. 13).

Se é no informe que se dá a criação, a finalidade da literatura é senão abrir passagem para a vida na linguagem (Deleuze, 2011). Em “Becos da memória”, acompanhamos as veredas de histórias tão tortuosas quanto os becos da favela fabulada. À medida que os dedos reviram as páginas, nascem os encontros com existências inusitadas e suas dores: as aventuras de Maria-Nova, os mistérios de Maria-Velha, o amor de Vó Rita, as durezas de Ditinha e Negra Tuína, a desrazão de Cidinha-Cidoca, a sina de Filó Gazogênia, a doçura de Bondade, o banzo de Tio Totó, os percalços de Negro Alírio.

Nos entremeios dessas vidas marginais, Evaristo ficcionaliza o desfavelamento de moradores de uma periferia urbana. Na ótica infante de Maria-Nova – ainda que nem sempre a narrativa esteja amarrada ao seu olhar –, acompanhamos a chegada dos tratores da firma, a desapropriação do território, o processo de demolição dos barracos, a asfixia da poeira, a entrega das ordens de despejo, o esvaziamento que produz vacúolos de solidão. No encontro com a barbárie das vidas varridas pela fome do progresso, não há sossego que se acomode entre as páginas.

E, ainda assim, algo se anuncia apesar – antes, em meio – ao horror. Como em outras obras da autora, denúncia e lirismo aqui se entrelaçam em passos cujos tropeços não encarceram o enredo na mera documentação do terror, da violência crua. O gesto inventivo de Evaristo trabalha na extração de uma poética para acontecimentos que, aparentemente, são desprovidos de qualquer poesia³. Dispostos no amontoamento de histórias não comprometidas com qualquer linearidade, a narrativa não distingue fatos grandes de pequenos. A narradora – atenta aos detalhes – apanha, guarda e compartilha os miúdos que provocam ruídos no contínuo da transmissão oficial dos fatos. Em “Becos da memória” (2017), a continuidade é quebrada na fragmentação enquanto linguagem. É uma escrita (des)montada em pequenos trechos, derruída em peças diminutas, reviradas nos relances de vidas precariamente narradas. E onde isso se conecta com a dimensão urbana?

Do mesmo modo que esse jeito de escrever, tomamos a cidade na mesma impossibilidade de totalização. Isto é, como universo heterogêneo e intranquilo apreendido em termos precários, interpelados nas transversais. Quando o narrador de Ítalo Calvino descreve as dezenas de cidades pelas quais passou, remetendo-as a uma só, não é para alegar uma totalidade sobre o espaço urbano, mas para acentuar como cada uma daquelas cidades abriga inúmeras outras, visíveis e invisíveis. Cada fragmento que compõe “As cidades invisíveis” (Calvino, 1990) não almeja a representação fidedigna da precisão geométrica do espaço, mas sim abre as narrativas ao inacabado da vida cidadina.

Quando afirma que “a cidade existe e possui um segredo muito simples: só conhece partidas e não retornos” (Calvino, 1990, p. 25), o narrador viajante faz da territorialidade urbana zonas de intensidades atravessadas em profusão incapturável, sempre em movimento. Na esteira dessa articulação, podemos pensar certo cosmos gramatológico que nos leve a ver e ler a cidade como um livro (Selligman-Silva, 2020). Se essa pesquisa propõe investigar um espaço urbano para narrar experiências inscritas nele, o romance de Evaristo abre pistas para considerar que não se trata de uma extração de dados cujo pesquisador descreve racionalmente aquilo que ele observa, nos enquadres de uma suposta neutralidade ao alcance das lentes objetivas.

Desencaminhar os ideais científicos, importados com a colonialidade, talvez faça essa escrita recair em suspeitas de ilegitimidade, em acusações de produção de saber carente de rigor. Não aderir ao corpo-pesquisador isento de paixão, contudo, não implica abrir mão de um rigor, apenas situa este em outras disposições epistemológicas.

³ O que não implica romantizar a violência. Para aprofundar essa distinção, sugerimos a entrevista da autora concedida ao canal “Leituras brasileiras”:
<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY&t=1221s>.

A rigorosidade que apostamos com esse escrito é senão ética-estética-política (Passos; Mizoguchi, 2020).

Para além de representações diretas do acontecido, a montagem de “Becos da memória” interfere na escrita para exercitar a exigência poética que nasce no encontro com as ruas da cidade. Aqui demarcamos o encontro entre cidade e literatura a partir das interferências do pensamento do filósofo alemão Walter Benjamin, tanto na literatura de Conceição Evaristo, quanto na descrição e análise do fenômeno urbano. Como ponto de partida, fazemos recordar que para o filósofo berlinense a modernidade urbana opera com a destruição de vínculos e a pulverização da experiência.

Em seu ensaio “O narrador”, publicado em 1936, Benjamin apontava como “são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente” (Benjamin, 2012a, p. 213). Localizado em um contexto europeu de ascensão do fascismo enquanto máquina de Estado, não passou despercebido ao pensador berlinense que sua época lidava com o decaimento das ações de experiência, agenciando este atestado ao aprimoramento da técnica, à difusão da imprensa, ao surgimento do romance moderno e ao choque dos soldados sobreviventes à Grande Guerra: “os combatentes voltavam mudos do campo de batalha; não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável” (Benjamin, 2012a, p. 214).

O contador de histórias que usava aquilo que se passava de boca em boca, para acumular experiências e compartilhá-las, tendia a desaparecer. Nesse contexto, a consolidação da burguesia é colocada como elemento fundamental na difusão de uma nova forma de comunicação inteiramente distinta e ameaçadora ao ato de narrar: a informação.

Atrelada à ascensão da imprensa, a informação inaugura uma comunicabilidade que aspira verificabilidade imediata, saturada de explicações capazes de fazer do conteúdo compartilhado algo rapidamente compreensível. Ora, o narrador não é um informante que, aos moldes de um relatório, noticia os acontecimentos na tentativa de divulgá-lo em sua essência, para transmitir “o puro em si” da coisa narrada. As camadas dissonantes que atormentam os fatos contados fazem com que Benjamin considere que “metade da arte narrativa está em, ao comunicar uma história, evitar explicações” (Benjamin, 2012a, p. 219).

No entanto, embora a artesanania do compartilhamento oral das experiências próprio à narrativa tradicional estivesse, cada vez mais, fagocitada pela linearidade finita da informação objetiva, pouco interessava a Benjamin lamentar-se e clamar pelo retorno “ao que era antes”. O que ele faz em seus últimos ensaios – próximos ao seu suicídio – é justamente ensaiar outros modos de narrar a partir da escrita. Nos estreitos de seu tempo sufocados pela asfixia do fascismo, ele tateava saídas possíveis, afirmando que novas belezas nascem ao que está desaparecendo (Benjamin, 2012a). Trata-se de um pensador que não se contentava com descrições neutras ou funcionais da cidade: ele a traduzia em imagens que nos exigem leitura atenta, como se cada rua, edifício ou gesto cidadão fosse uma inscrição carregada de sentidos latentes.

Tal qual apontado por Marcio Seligmann-Silva (2020), o espaço urbano é concebido como uma superfície viva e política, feita de palavras, imagens, histórias, desejos, memórias e lutas. A cidade, assim, se torna um texto a ser decupado, composto

por camadas de tempo, memória e desejo, como uma alegoria aberta ao olhar atento. Ora, essa leitura vai além da contemplação: implica em despertar no presente as “centelhas da esperança” contidas nas formas urbanas e sociais do passado. A cidade-livro benjaminiana é, portanto, um palimpsesto poroso, onde o tempo histórico se interpenetra e onde o passado pode ser redimido no agora — um espaço que interpela a leitura crítica e a ação política.

As histórias tecidas com o menino do beco e sua bicicleta vermelha ensaiam esse exercício. Não pretendem abarrotar-se de explicações, não almejam conferir sentidos unívocos encerrados em si mesmos, nem impor interpretações psicologizantes, cujas razões enclausuram a criação na projeção de meros *alter egos*. Para tanto, busca renovar uma aproximação entre Walter Benjamin e Conceição Evaristo que não é inédita ou incomum. Os dois posfácios de “Becos da Memória”, por exemplo, apostam na relação do fluxo criativo da autora com o pensamento benjaminiano. Mar, tempo e história distanciam as duas autorias em um curioso jogo de aproximações, não no traço direto de equivalências teóricas, tampouco no aprisionamento do movimento vibrante da literatura nas ideias de Benjamin, produzindo metáforas e analogias. Não se trata de encaixe, mas sim de interpelações, interferências, entrecrocadas na consistência teórica sob a qual esse texto se sustenta.

Se Evaristo e Benjamin se atravessam, é para fazer de suas produções ferramentas analíticas de nosso tempo, na aposta da literatura como um escancarador dos limites epistêmicos de um campo pretensamente científico: isto é, para “inventar infinitas interpolações naquilo que foi” (Benjamin, 2020, p. 38). É com as memórias de um passado que Conceição Evaristo lida. É com o pretérito que Maria-Nova brinca em suas andanças pelos becos da favela. O que essa narradora infante faz não é relatar “o puro em si”, mas efetivamente “inventar para os olhos o que a gente não vê” (Evaristo, 2017, p. 50-51). A acuidade de suas óticas não se prende a qualquer ideal de inocência infantil, mas se apresenta na paradoxal miopia que a faz tocar os fios de uma história colonial, escravocrata, violenta, e sua atualização na vida cidadina que se fia em um presente fabulado.

O romance de Evaristo desloca os sentidos convencionais atribuídos à fabulação, faz do imaginar um exercício não restrito à infância. Se o paradigma científico reinante nos espreme na linearidade de fases progressivas, a racionalidade adulta afastada da emoção é eleita como o ápice do desenvolvimento, a potência infante enclausurada no rascunho da vida adulta, e a imaginação colocada como mera expressão de uma etapa (Baptista, 2020). Inocência e ingenuidade compõem índices de um projeto adultocêntrico disciplinador dos corpos, rebaixando a força de fazer nossa imaginação extrair consequências perturbadoras dos acontecimentos que se oferecerem ao nosso tempo (Didi-Huberman, 2017).

“Becos da memória” é uma extração de consequências perturbadoras. Aponta como em nosso modo de imaginar jaz condições para fazer política. O pretérito é retirado de qualquer sossego, uma memória da escravidão é revirada, um passado arde as brasas de uma história colonial que insiste em se atualizar. Mãos curiosas mexem nas cinzas de um passado reminiscente, revirando os acontecimentos nos dedos não como quem desfia os fatos tal qual as contas de um rosário (Benjamin, 2012b), mas na

necessidade política/ética/estética da rememoração, dos acontecimentos fadados ao esquecimento, dizendo “com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras (Gagnebin, 2006, p. 55).

A exigência de memória é acompanhada por uma exigência de escrita, de outras escrituras da história (Benjamin, 2012b). Se a figura tradicional do narrador estava em vias de extinção, se as formas tradicionais de transmissão/comunicação entraram em declínio, cabe ao nosso tempo atualizar e inventar outros modos de contar. Enquanto escrito situado no limiar da dimensão acadêmica e seus extravios, o artigo se agencia com a literatura, Tateando essa invenção nos rastros de uma epistemologia dos becos urbanos.

3 NAS MALHAS DA COLONIALIDADE: A VIDA ACIMA DAS LADEIRAS

O menino aprendera na escola que as velhas edificações tombadas de sua cidade tinham uma história. Embora sua atenção dispersasse em recorrentes desinteresses, era quando a professora falava das histórias, que seus ouvidos se dedicavam à escuta. Curioso foi o dia em que ela se pôs a explicar os motivos do nome legado à cidade. De ocupação antiga, São Cristóvão foi fundada em 1590, pelo português Cristóvão de Barros, através de determinação real para efetivação do processo de colonização. Tido como estratégico por ligar duas importantes áreas açucareiras da América Portuguesa – Pernambuco e Recôncavo Baiano –, o seletor território era habitado por diferentes povos indígenas que constituíam um empecilho aos interesses coloniais, especialmente os Tupinambás (Malaquias; Santos, 2020).

Forjada enquanto a quarta cidade mais antiga do Brasil, o emaranhado dos fios narrados pela professora desfiava a história da ocupação territorial no relato indiferente da vitória pelo genocídio. Encabeçada por Cristóvão de Barros, a implementação da colonização neste território, que viria a ser conhecido como *Sergipe Del Rey*, se deu pela ocupação de missões religiosas levada a cabo entre fins do século XVI e começo do século XVII. O clero se assentou no estabelecimento de Ordens Religiosas que, gradualmente, fizeram morada na povoação, caracterizando um percurso de catequização que legou ao corpo urbano da cidade um importante acervo de bens materiais que, mais tarde, viriam a adquirir a condição de tombamento (Abadia; Barroco, 2012). Diversos conjuntos e prédios foram tombados gradualmente, mediante políticas de preservação estaduais e federais, aglutinando-se no que se convencionou chamar centro histórico (IPHAN, 2009).

A professora narrava a história oficial da cidade, quando o menino então interferiu. Levantou a mão e perguntou porque as pessoas vindas de outros lugares visitavam apenas a cidade alta. Um tanto desconcertada, ela contou que em 2010, a praça São Francisco havia concorrido e ganhado o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecida oficialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia (UNESCO).

Eles reconheciam na chancela um atestado de valor que talvez valesse a pena ser testemunhada, assim ela o respondeu. Sabendo disso, o menino até achou justa a premiação para a sua cidade, afinal, a São Francisco também era sua praça favorita.

Contudo, as razões institucionais da titulação não alcançavam a predileção apaixonada dele: aos que se dispusessem a investigar os distintos porquês da tamanha honraria concedida a São Cristóvão, não encontraria nos dossiês de justificativa o curioso prazer que o menino sentia ao brincar naquela e outras praças.

Pedalava em círculos pela São Francisco, desviando das luminárias dispostas pelo grande vão esvaziado. Saltava entre os poucos bancos remanescentes embaixo da grande árvore fincada no chão de pedra. Subia no cruzeiro em frente à igreja para avistar o que acontecia na cidade baixa. Certa vez fora repreendido por um guia turístico, por escalar o monumento: “Desce daí antes que eu chame a polícia! Isso é patrimônio cultural da humanidade, não é palco pra moleque”, disparou o homem em reprimenda.

Depois desse dia, ele passou a subir na construção tombada somente durante as noites esvaziadas, longe dos olhos policialescos dos adultos. Encostava a bicicleta vermelha no cruzeiro gelado e subia para assistir a vida noturna desenrolada abaixo de suas vistas altas. Ao deslumbre da condição privilegiada oferecida pelos títulos patrimoniais, oferecia um riso de canto. Aos olhos das instituições, o patrimônio não lhe pertencia, mas quando enveredava a cidade às escuras o menino fazia outros usos dos bens tombados.

Do alto do cruzeiro, com certo incômodo ele olhava a cidade aparentemente calada. Além de seu pequeno corpo humano, apenas os cachorros passeavam pelo chão de pedras. O que lhe desassossegava não era a solidão aparente, mas uma estranha presença a vagar pelo lugar. Se durante o dia turistas e passantes locais estampavam a paisagem no frenesi do movimento, a noite abria passagem ao relampejo de outras histórias. De todas as praças do centro histórico, a São Francisco era a mais estranha, uma fantasmagoria peculiar se acentuava. Se o conteúdo da professora fosse verídico, era ali que se enforcavam os escravizados acusados de insubmissão (Santos, 2006).

O menino tentava dimensionar o que seria dispor de um escravo para ser proprietário, mas a efetuação dessa ideia parecia-lhe inalcançável. Sabia pelas aulas que a presença do tráfico transatlântico em São Cristóvão se deu desde a sua fundação, impulsionada especialmente no século XVIII, momento em que a Província de Sergipe experimentava um aumento na produção de açúcar, alegando-se a necessidade de um maior contingente de escravizados para exploração de trabalho (Malaquias; Santos, 2020).

No fim de tarde que sucedeu àquela aula, o menino esteve pela cidade se ocupando de imaginar nas passagens urbanas o pretérito daquela história. Os engenhos a produzir açúcar, o cortejo dos escravizados, os conflitos dos indígenas contra os europeus. A bicicleta rangia e ele se perdia na elocubração das derrotas, vitórias, defesas, ataques, estratégias dos inimigos a guerrear. A cidade bem que lhe parecia mesmo uma guerra infundável. As ruas não conheciam calmaria. Mesmo à noite, quando as luzes se apagavam e as portas fechavam, forças estranhas invadiam a urbe, fantasmas de um passado materializavam séculos de enfrentamentos históricos.

Passava agora a olhar as edificações centenárias com outros olhos. Cada vez mais, percebia o aumento de forasteiros na cidade. O investimento no turismo se intensificava pelas gestões municipais. Bordões e clichês impregnavam-se nos discursos cotidianos; até mesmo seus colegas de classe agora faziam menção ao *slogan* utilizado nos

últimos anos pelas gestões municipais na tentativa de difundir o turismo a partir da valorização do passado da cidade: São Cristóvão, “cidade mãe de Sergipe”. As residências viravam pousadas, cafés apareciam nas praças, pizzarias e padarias incorporavam as nomenclaturas pitorescas dos povoados e becos aos cardápios.

Estranhando as mudanças, o menino via novidades invadindo sua cidade natal. Certo dia, escutara o que parecia um casal de turistas elogiando as edificações do centro histórico. Saudavam o projeto civilizatório responsável por fazer nascer a beleza de cada arquitetura centenária. Os turistas louvavam a herança portuguesa sob a forma de construções: “que bom que o passado de nossa fé se preservou, parece que o tempo parou, é um verdadeiro museu a céu aberto”. Na composição do discurso apaziguador, os elogios proferidos pelos visitantes punham o passado como distante, determinado, estanque, mero símbolo a demarcar a importância de uma história eurocêntrica.

Falaram tão eloquentemente, que o menino vez em quando encarava as edificações, procurando a beleza preciosa que o casal tanto queria denotar. Olhava fixamente o acervo tido como patrimônio, apertava os olhos com força, movendo-os na tentativa de enxergar a preciosidade, mas não conseguia capturá-la. Prometeu a si mesmo que quando visse a professora, perguntaria porque era tão importante preservar o patrimônio.

Escapava ao menino alguns ramos da história que sustentava suas interrogações. Ora, o patrimônio é uma categoria fundamental na compreensão das políticas públicas de conservação, carrega sentidos polissêmicos que não se encerram em univocidades. As condições que sustentam o aparecimento das políticas de patrimonialização se acentuam em meados do século XIX, atreladas ao contexto de pós-independência, ali onde a constituição de uma identidade nacional se colocava enquanto problema.

Na tentativa de consolidar os ideais de Estado-nação, nasce a elaboração de narrativas cujas memórias circunscritas pudessem ser capazes de forjar a almejada identidade nacional (Jesus; Carmo; Barroso, 2021). A criação de instituições como o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em meados de 1830, é expressão dessa necessidade de inventar/preservar uma memória unificadora que emoldurasse um quadro identitário (Chuva, 2020).

A fim de assegurar a pretensão da nação, os oitocentos se viu atravessado pelo investimento na biografia dos espaços e na criação de imagens vinculadas à conservação dos patrimônios tidos como genuinamente brasileiros. Agências públicas de produção de saber são forjadas, adstritas à convocação de especialistas, disciplinas e normativas que deem conta desse movimento (Chuva, 2020). É no século XX, entretanto, que os efeitos intensificam. Em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) vem à luz na ditadura do Estado Novo de Vargas, vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde Pública. Metamorfoseado no que hoje conhecemos como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ele configura-se uma política autônoma responsável pela preservação do patrimônio e aplicação dos tombamentos a nível federal.

Marcada por uma leitura unívoca do patrimônio nacional, as primeiras décadas de atuação desses órgãos elegeram bens edificadas – igrejas, casas-grandes, sobrados – para ocuparem os holofotes de suas intervenções. Pedra e cal barrocas da arquitetura

colonial foram incorporadas à imagem das “cidades históricas”, o epicentro das agências públicas se voltou às edificações tangíveis, cuja importância era revelada por especialistas dotados de um saber capaz de identificar o valor inscrito nesses bens. O conjunto sancristovense tombado pelo SPHAN/IPHAN é efeito dessa história, atravessada por instituições que priorizavam a salvaguarda de construções religiosas cristãs/católicas, militares e civis relacionadas ao exercício institucionalizado do poder (Mello, 2022).

Ainda que modo precário, fazer aparecer algumas dessas linhas de proveniência desloca o patrimônio de qualquer dimensão a-histórica. Ele é, antes de qualquer coisa, uma arena de encenações e conflitos, produtor e produto, efeito e instrumento de formações discursivas a respeito do passado, reiteradas por distintos veículos, atores e instituições sociais. Encostado no cruzeiro, o menino era tocado pelo movimento vivo dessas forças em disputa. “O que eles querem conservar?”, perguntava-se. A herança europeia enaltecida pelas pautas patrimonialísticas legitimava narrativas específicas acerca do passado.

No encontro com o pretérito materializado, o menino escutava a salvaguarda aparecer como nostalgia, a lembrança apaziguada de como o território foi integralizado aos moldes civilizatórios importados de além-mar. O projeto histórico-turístico fazia a cidade caber em uma única história. Ora, “nunca existe uma história única sobre lugar nenhum” (Adichie, 2019, p. 16-17): aos olhos do menino, o cotidiano urbano denunciava essa impossibilidade. Se ao menos houvesse alguém com quem compartilhar o que via em suas andanças! Se ao menos a professora falasse de outras narrativas, outras personagens, outras histórias!

Talvez em uma de suas aulas, o menino levantasse a mão e compartilhasse com a turma da vida desenrolada abaixo das ladeiras, dos acontecimentos que faziam a imagem da “cidade-monumento” ruir. Quem sabe um dia encontrasse alguém para segredar-lhe a sensação estranha aguda que lhe acompanhava nas andanças da cidade, o estranhamento, o mal-estar, “o banzo” (Evaristo, 2017, p. 34). Era isso mesmo que faria! Na próxima manhã, interromperia a professora, ficaria de pé e para todos os seus colegas diria: “as histórias importam. Muitas histórias importam” (Adichie, p. 16). Contaria aquilo que via nos becos. Do corpo estirado no chão. Da mancha que não se apagava. Das interrogações que lhe tomavam.

Ladeiras acima, ladeiras abaixo. Cidade alta, cidade baixa: “duas ideias, duas realidades, imagens coladas machucavam-lhe o peito” (Evaristo, 2017, p. 72-73). Que dizia aquela disposição geográfica dissonante? Que efeitos se produziam na invenção de uma cidade que se denomina alta, em contraposição ao que se vê abaixo dela? Que valores são atribuídos ao que acontece nas bandas de lá ou de cá das ladeiras? Efetivamente há um abismo entre ambas? As cisões também não se entrecruzariam em choques que as fariam se encontrar? A despeito da insistência em fazer o corpo urbano se repartir em duas partes dicotômicas – parte alta/parte baixa –, o menino experimentava o atravessamento das geografias acentuadas em transversalidades. Um fundo comum parecia entrelaçar a disparidade das topografias. Os cartões postais dos prédios tombados aquietavam os enfrentamentos que lhes constituíram, mas algo extrapolava o desenho de seu contorno.

Na visualização afastada, os embates que sustentavam o aparecimento dos monumentos se tornavam ecos quase inaudíveis. O menino “gostava da cidade, daquele burburinho todo tão diferente” (Evaristo, 2017, p. 89), mas sabia que não só de beleza se constituía os monumentos. Sem nunca o ter escutado ou lido, ele intuía aquilo que o berlinense do outro lado do Atlântico disparara categoricamente: nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie (Benjamin, 2012b). O menino se deixava tocar pela barbárie das construções tombadas, recusava a neutralização das inquietações. Os visitantes deambulavam pela paisagem através de orientações, explicações e placas diretivas, em um fluxo no qual os vestígios do indesejável passavam despercebidos, varridos para não contaminar a linearidade do discurso silenciador.

No jogo do apaziguamento do olhar, se tentava fazer crer que “[...] a história aterradora da qual esse lugar foi teatro é uma história passada [...], que a morte foi embora, que os mortos não estão mais aqui” (Didi-Huberman, 2017, p. 62). Mas se o ontem estava concluído e o presente era a mera transição ao que estava por vir, como ignorar a insistência dos corpos estirados no chão? Como não reparar na repetição das cores desses corpos? Como esquecer das manchas que desapareciam com o tempo como se não nunca houvessem existido?

Simplificando para transmitir, embelezando para educar: o lugar de barbárie transmutado em lugar de cultura (Didi-Huberman, 2017). Tornado estande comercial, São Cristóvão afirmava-se enquanto “museu de Estado”, ali onde as proveniências eram desvanecidas em seu próprio lugar, onde a memória era diluída e o “passado deixava escapar a força do agora tecendo os fios do ontem não exaurido” (Baptista, 2020, p. 156). Às avessas do percurso traçado, o menino apreendia qualquer coisa de estranha na *museificação* do passado sancristovense. Seus olhos não comportavam o olhar contemplativo, que poderia fazê-lo se colocar de fora, em relativas distâncias, admirando a paisagem na segurança do não-desmonte.

Ao decupar as distintas camadas temporais ali atravessadas, ele ataçava o corpo às reverberações fantasmáticas que bombardeavam os posicionamentos da cidade. Tocado pelo sopro de ares já respirados, seus ouvidos se sensibilizam aos ecos de vozes emudecidas (Evaristo, 2017). Era senão a pista de uma constatação: a violência dos espaços nos convoca (Didi-Huberman, 2017). O conjunto arquitetônico fixado na cidade alta assegurava o signo da perpetuação da vitória da fé cristã sobre a acusada heresia dos povos indígenas. Cada prédio tombado denotava a memória ibérica, o conto do português, herói descobridor.

Glorificada nos vencedores, a narrativa patrimonial silenciava genocídio, tráfico humano, trabalho escravo e a exclusão do vivo que não coube no projeto civilizatório. Na atmosfera citadina do Patrimônio Mundial, o cortejo dos vencedores caminhava descaradamente. Se alguns contemplavam esse cortejo em termos de triunfo, o menino o acompanhava como qualquer coisa de marcha fúnebre. Na noite acendida pela eletricidade, a sombra dos prédios tombados se esticava, pareciam querer estender o alcance de sua penumbra pelo restante da cidade

Na hegemonia da cruz e suas edificações, o perigo da história única (Adichie, 2019) assombrava as ruas. O menino da bicicleta vermelha interrompia o contínuo dessa

história. Nas interrogações que gaguejava, outras versões pediam passagem... quais mãos ergueram aqueles monumentos de cultura? Quais corpos empilharam as pedras que sustentavam sua arquitetura? Quais dedos construíram o cruzeiro? Para onde foram os indígenas que ali viviam? Onde se escondeu essa história? Para onde vai o que não cabe?

4 RASTROS, LADEIRAS E BECOS: PARA ONDE VAI O QUE NÃO CABE

Sim, ela iria adiante. Um dia, agora ela já sabia qual seria a sua ferramenta, a escrita. Um dia, ela haveria de narrar, de fazer soar, de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia, que era de cada um e de todos (Evaristo, 2017, p. 177).

O menino nutria afeição pelos becos. Alguns lhe eram estranhos, mas a maioria conhecia com a mesma intimidade que sua mãe, ao desconfiar quando ele voltava da escola com qualquer lápis ou borracha que não lhe pertencia. Cada entremeio espremido nas ruas lhes era de um estranho familiar. Os acontecimentos desenrolados naqueles estreitos legaram nomes a alguns deles: beco do amor, beco da padaria, beco da alegria, beco da poesia, beco da fonte dos padres, beco da feira velha. De perder a conta, decalcam as ruas da cidade alta, mas se espraiam em profusão alucinada ladeiras abaixo, cidade baixa afora. Alguns são de um aperto cuja extensão mal cabe uma carroça, mas desembocam em ruas de várias moradias, escondidas das vias principais. Outros são tão compridos que prometem guardar espaços ainda mais vastos ao cabo de seu corredor, mas revelam-se um caminho cujo fim é senão um muro sem saída.

A maioria não se encontra registrada nos dispositivos de geolocalização. Escapam ao mapeamento oficial, rodam no boca-a-boca dos cidadãos que nomeiam as passagens espremidas entre as casas. Uns têm fama considerável, ainda que distinta quanto às suas intencionalidades. Nas andanças pelas noites escuras, o menino adivinhava que os *ais* de prazer cantados no beco do amor faziam jus ao nome da viela. Ao pedalar no beco da feira velha, por sua vez, percebia que os amantes afoitos por descarregar seus impulsos não procuravam aquele entremeio. Na escuridão da noite, a viela da feira velha apenas conhecia o chilrear das aves noturnas, a sinfonia dos grilos, o latido dos cachorros, o esporádico pisar de passos humanos.

Andar nas ruelas da cidade baixa fazia a imaginação correr solta. A vida desenrolada no além das ladeiras tocava outras tonalidades. As luzes artificiais perdiam intensidade, as paisagens desbotavam, compunham imagens desconhecidas à iluminação dos cartões postais. O menino residia em uma São Cristóvão distante da placidez do centro tombado. Se o cotidiano *museificado* da parte alta se organizava na tentativa de ofuscar os embates históricos, em sua vizinhança o desassossego flanava por todos os cantos. Na medida em que os projetos urbanísticos de esquadramento apenas o são em sua intenção, quando passeava na bicicleta vermelha ele se atentava ao que escapava ao instituído. Estava sempre em alerta, atento aos miúdos acontecimentos dos becos.

Para ele, o beco era a não-obviedade, o inusitado da dobra no percurso. Não como um atalho que lhe permitisse chegar no lugar almejado mais rapidamente, mas uma vereda que desloca a estrada que se pretendia percorrer de antemão. O menino gostava de estar fora de casa. Vez em quando seus vizinhos ameaçavam acionar o conselho tutelar, acusando a mãe de negligência por deixá-lo muito solto. Ele não

entendia bem porque andar nas ruas poderia ser errado, mas em seu gesto de não fazer as forças do mundo caberem apenas em seu corpo (Baptista, 1999), deslizava dos projetos moralizantes que almejavam fazê-lo caber nos ideais da infância disciplinada.

A cada instante em que pegava sua bicicleta para se aventurar, torcia o *logos* racional do espaço urbano estriado, em que cada coisa deveria estar em seu devido lugar. O moleque da bicicleta – como o chamavam – era safo. Apanhava cacos das histórias que se ofereciam cotidianamente, narrativas silenciadas pelas melodias estridentes da história oficial galgada pelos monumentos tombados. Ladeiras-abaixo, olhos infantes *monumentavam* outras matérias de acontecimentos.

Foi nessas andanças que, num fim de tarde, se deparou com o corpo estirado no chão. Ainda que o tempo transcorresse, a cena lhe incomodava dias a fio. Tentava esquecer da imagem, mas a permanência da mancha vermelha o convocava à lembrança. Não muito depois, as crianças do beco já estavam brincando por ali, correndo em azedume para lá e para cá. A cartilagem de seus pés descalços tocava o chão desbotado em sangue, no vigor de um esquecimento. As horas passavam. Os sinos badalavam. O sangue impregnava. Era a história arruinando o corpo urbano (Foucault, 2012), cravando o chão.

O menino subia as ladeiras: o contraponto da imagem manchada desmanchava os cartões postais, estampados por ruínas impedidas de arruinar. O corpo estirado descabia no clichê imagético das visibilidades instagramáveis, anunciava o indesejável na sujeira da assepsia urbana. Os dias eram arrastados pelo vento, mas a mancha insistia. Cada dia menos viva se apagava, lavada pelo tempo. No paradoxo do (des)aparecimento daquele rastro, o desbotamento inquietava ainda mais o menino. Aguardava a próxima mancha vermelha de uma outra vida descartável, a marcar outros cantos da cidade. Às vezes, desejava ignorar o desassossego, mas os becos exigiam dele histórias tecidas no estranhamento, na duração sustentada no mal-estar.

Se o menino da bicicleta vermelha um dia encontrasse Maria-Nova, talvez ela o ajudasse a segurar o incômodo do encontro com a cidade. Quem sabe a menina dos becos da favela olhasse junto com ele. O menino então lhe falaria de como as ruelas de São Cristóvão disparavam multiplicidades que desregulavam as bússolas das existências calibradas na direção do futuro progressivo, “sempre adiante, sem olhar para trás” (Baptista, 2020, p. 157). Levaria a menina na garupa de sua bicicleta vermelha, mostraria a cidade em que ele vivia, compartilharia o infinitesimal da vida na urbe tombada.

Enquanto desviavam das luminárias das praças, talvez ele contasse o que escutava em sala de aula, e Maria-Nova também lhe devolvesse as aulas de história que lhe intrigavam. De como a sua professora abordava a escravidão dimensionada no conteúdo afastado, findado na ótica dos supostos vencedores. De que nessas aulas, percebera como favela e senzala pareciam versos de uma mesma moeda:

Senzala-favela. Nesta época, ela iniciava seus estudos de ginásio. Lera e aprendera também o que era casa-grande. Sentiu vontade de falar à professora. Queria citar, como exemplo de casa-grande, o bairro nobre vizinho e como senzala, a favela onde morava. Ia abrir a boca, olhou a turma e a professora. Procurou mais alguém que pudesse sustentar a ideia, viu a única colega negra que tinha na classe. Olhou a menina, porém ela escutava a lição tão alheia como se o tema escravidão nada tivesse a ver com ela. Sentiu certo mal-estar. Numa

turma de quarenta e cinco alunos, duas alunas negras, e, mesmo assim, tão distantes uma da outra. Fechou a boca novamente, mas o pensamento continuava (Evaristo, 2017, p. 73).

Quem sabe com o menino Maria-Nova não fechasse a boca. Quem sabe ela lhe contasse os ocasos da favela em que morava, da senzala que se fazia presente no território expropriado. Ela falaria de seu tio Totó, nascido liberto quando promulgada a Lei do Ventre Livre, mas cujos pais foram escravos. Do grito de alegria que ele deu quando aprendera a ler na velhice. Da história que o pai de Totó contava de que na roça sempre aparecia uma dor estranha que, nos dias de muito sol, apertava-lhe o peito, chamada de banzo. Falaria de como sua família chegou na favela em busca de outra vida, para “esquecer as histórias de escravidão” (Evaristo, 2017, p. 20).

Ele então compartilharia o estranhamento que tivera com o corpo estirado no chão, da insistência da mancha. Talvez até lhe segredasse de suas suspeitas quanto ao acervo de bens tombados. De que via o chão da cidade alta pintado com mais sangue que aquele derramado no beco do açúcar, embora proveniente de outras épocas, outros povos, outras matérias de existência. Se alguém lhes desse um daqueles cartões postais, convidaria Maria-Nova para os colorir de vermelho, tal como os via a seus olhos.

Para além de um descuido quanto à transmissão, a omissão da colonialidade – e sua indissociável violência – inerente aos patrimônios edificadas implica um projeto consistente de apagamento, cuja maquinaria hoje opera a institucionalização de memórias passíveis não apenas de uniformizar a história, mas também estampar as vitrines do mercado de consumo turístico (Chuva, 2020). Na guerra de narrativas, se luta pela manutenção de um acervo ortodoxo homogêneo, alicerçado na pedagogia do olhar eurocêntrico. Para tanto, é fundamental higienizar as impurezas que por ventura ponham a coerência em dissonância.

A invenção de São Cristóvão está assentada no genocídio dos povos originários. Seu desdobramento implica a aderência à escravização de corpos negros. Mas para que o cartão postal se mantenha iluminado no apaziguamento, essa história precisa encontrar senão silêncio, naturalização nas práticas discursivas. Nas visitas aos museus, nos discursos de seus respectivos guias, na leitura dos painéis acoplados aos prédios tombados, nos totens expositivos, nenhuma espécie de crítica é insinuada (Jesus; Carmo; Barroso, 2021). Transformado em monumento de cultura, a barbárie que sustentou as práticas daquele território é apequenada pela gritaria harmônica dos supostos vencedores.

Entretanto, o não dito configura a abertura de problematização da produção ativa desse silenciamento. Se a violência dos espaços nos convoca, se todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie, uma inquietação pulsante pode ser extraída na perpetuação desses monumentos e suas univocidades. Os bens culturais, quando tornados matéria de análise, guardam em seus inícios históricos um horror sob o qual o pesquisador não deveria se furtar (Benjamin, 2012b). Nas considerações benjaminianas, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas o preenchido de ‘tempo de agora’.” (Benjamin, 2012b, p. 249). O tempo de agora faz explodir o *continuum* da história, regurgita o passado que se suponha estanque.

O corpo estirado no chão arruína o *continuum* da cronologia, se faz acontecimento que revira um passado reminescente. Nele relampejam os ecos da violência do processo de civilização que aqui aportou, vindo do outro lado do Atlântico. Frantz Fanon (2008) colocava essa permanência enquanto fardo colonial, a recair sobre as existências. Talvez seja o caso de pensar a colonialidade menos como um peso externo que pressiona os corpos, e mais como uma profusão de fluxos e fantasmas, menos atrelados à repressão que à produção, menos amarrados à retidão do que à sedução. Por essa grelha de inteligibilidade, corpos e poças de sangue encardido põem em relevo a fragilidade da ideia de uma cidade como espaço rendido. Revela, no lugar disso, o embate político que se estabelece entre urbanidades paradoxais que coexistem na mesma geografia: uma que se quer postal e turística, e outra, marcada pela brutalidade colonial que se atualiza diuturnamente em execuções repetidas e rastros difíceis de apagar.

A imagem do corpo morto e da mancha de sangue no beco de São Cristóvão comparece não apenas como vestígio de uma morte individual, mas como índice de uma experiência coletiva silenciada. Ora, no calor da leitura benjaminiana há de se considerar que o apagamento pode ser também uma forma de ensinar a clandestinidade, de transmitir experiência quando todas as formas de mediação direta são rompidas. Assim, a limpeza obsessiva da mancha não representa apenas a tentativa de apagar a violência, mas também a tensão entre recordar/esquecer, entre tornar-se anônimo e continuar falando pela ausência.

Ao mesmo tempo, ao testemunharmos o ritual da limpeza, sentimos o peso não apenas da morte, mas da tentativa de apagá-la — e com ela, a existência de quem foi morto. No testemunho do menino da bicicleta, a mancha teima em permanecer, carregando mais do que um vestígio físico: ela traz o incômodo de uma cidade que tenta manter-se apresentável enquanto parte de sua população é apagada. A mancha do beco se torna, nesse sentido, síntese de um processo colonial, falando não somente da suposta cidade mãe de Sergipe, mas inundando becos e ladeiras de outros farrapos do cotidiano Brasil, África, América e Europa afora.

Nesses fragmentos de memórias, soerguem-se restos de vidas tão barrocas e coloniais quanto a arquitetura da cidade. E, ainda assim, é neles que está a “história viva que nasce das pessoas, do hoje, do agora” (Evaristo, 2017, p. 151). Se na obra de Conceição Evaristo o sofrimento comparece nas existências fabuladas, há de se considerar também os festivais de bola, as festas juninas, o samba, a alegria, o sorriso. Se os becos da cidade tombada são arruinados pelas manchas de corpos estirados no chão, é também nas andanças desse mesmo chão que está a força dos desvios. Os estreitos urbanos são acoçados pela explosão das sinas, pela recusa da história oficial e suas trajetórias dadas de antemão. Cabe a nós apanhar outras narrativas, capazes “de soltar as vozes, os murmúrios, os silêncios, o grito abafado que existia” (Evaristo, 2017, p. 177).

REFERÊNCIAS

- ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha; BARROCO, Helio Estrela. Cidade de Sergipe d'el Rei: o Patrimônio e o Turismo no Centro Histórico de São Cristóvão, Sergipe. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 4, n. 4, p. 522-535, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547091005.pdf>. Acesso em: 27 out. 2024.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BAPTISTA, Luís Antônio. *A Cidade dos Sábios*: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.
- BAPTISTA, Luís Antônio. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: BAPTISTA, Luís Antônio. *Escritos urbanos*: ensaios sobre subjetividade e política. Curitiba: CRV, 2020, p. 156-166.
- BENJAMIN, Walter Benjamin. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2012a, p. 213-240.
- BENJAMIN, Walter Benjamin. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2012b, p. 241-253.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed., São Paulo: Brasiliense, 2012c, p. 123-128.
- BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*: Infância berlinesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BRECHT, Bertolt. “Apague as pegadas” (Apague os rastros). In: *Poemas 1913–1956*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Editora 34, 2003.
- CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.). *Seminários DEP/FLUP*. Porto: Universidade do Porto, 2020, p. 16-35.
- DELEUZE, Gilles. A literatura e a vida. In: *Crítica e clínica*. 2ª., São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles. Os intercessores. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 151-168.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Ed. 34, 2017.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- FILHO, Alexandre Jorge Nobre Silva; BATISTA, Lázaro; RIBEIRO, Elton Silva. Apercebenças e errâncias urbanas: pistas para suportar um corpo-cidade. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*. Salvador, v. 09, n. 24, 2024. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/19100>. Acesso em: 06 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. In: *Microfísica do poder*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012, p. 55-86.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 49-58.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 1991.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt>. Acesso em: 26 mar. 2025.

IPHAN. *Formulário de proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial*. IPHAN: São Cristóvão, 2009.

JESUS, Priscila Maria de; CARMO, Sura Souza; BARROSO, Cristina Valença de Almeida Cunha. O silenciamento do Negro no Museu Afro-brasileiro de Sergipe/Brasil. *Revista do Museu de Antropologia*, Córdoba, v. 14, n. 3, p. 167-176, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/download/32395/36690/128880>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; SANTOS, Isabela Leite. População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8659127>. Acesso em: 23 nov. 2024.

MELLO, Janaína Cardoso de. O olhar decolonial na cidade-patrimônio: tensões e negociações em São Cristóvão, Sergipe. *Historia*, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 200-223, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/14015>. Acesso em: 27 nov. 2024.

PASSOS, Eduardo; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. A clínica e suas transversais: a ética, a política e a estética. *Percursos*, São Paulo, v. 32, n. 65, p. 31-42, 2020.

SANTOS, Pedrinho dos. *O comedor de jia*. Aracaju: InfoGraphics, 2006.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Walter Benjamin e a paixão pela cidade. *Pandaemonium*, São Paulo, v. 23, n. 40, p. 20-42, ago. 2020.